



CARUARU-PE

PREFEITURA DE CARUARU – PERNAMBUCO

Professor II (Língua Portuguesa)

EDITAL Nº 01/2023

CÓD: SL-035JH-23
7908433237358

Português

1. Organização textual: interpretação dos sentidos construídos nos textos	7
2. características de textos descritivos, narrativos e dissertativos.....	8
3. discursos direto e indireto	9
4. elementos de coesão e coerência.....	11
5. Aspectos semânticos e estilísticos: sentido e emprego dos vocábulos.....	12
6. tempos, modos e aspectos do verbo; mecanismos de flexão dos nomes e dos verbos.....	12
7. metáfora, metonímia, antítese, eufemismo, ironia	17
8. uso dos pronomes; Aspectos morfológicos: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais em textos;.....	20
9. processos de formação de palavras	28
10. Processos de constituição dos enunciados: coordenação, subordinação; colocação e ordem de palavras na frase.....	29
11. concordância verbal e nominal.....	32
12. regência verbal e nominal.....	33
13. Sistema gráfico: ortografia.....	36
14. regras de acentuação.....	37
15. uso dos sinais de pontuação; aspas e outros recursos	58
16. Funções da linguagem	40
17. elementos da comunicação.....	41

Legislação Educacional e suas atualizações

1. Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei nº 8.069/90.....	53
2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei nº 9.394/96.....	93
3. Lei Brasileira de Inclusão - Lei nº 13.146/15	109
4. Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/14	126
5. Base Nacional Comum Curricular	142
6. Plano Municipal de Educação de Caruaru	182
7. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica	182
8. Lei Complementar Municipal nº 109, de 14 de abril de 2023 (Plano de Cargos, Carreira, Desenvolvimento e Remuneração – PCCDR dos profissionais do Magistério do Município de Caruaru)	189

Conhecimentos Específicos

1. Tópicos de abordagem de ensino: conceitos de língua e de gramática	199
2. registros de língua.....	206
3. gêneros de discurso	208
4. concepções e práticas de leitura e escrita	209
5. Construção dos textos e perspectivas enunciativas: tipologias textuais.....	213
6. elementos de coesão e coerência.....	213
7. intertextualidade, discurso relatado.....	213

ÍNDICE

8. inferência, pressuposição	214
9. modalização, procedimentos de argumentação	214
10. Semântica e estilística: sentido e emprego dos vocábulos	215
11. tempos e modos dos verbos	215
12. processos de concordância nominal e verbal	216
13. sentidos e usos de figuras de linguagem.	216
14. Morfossintaxe: reconhecimento das classes gramaticais; estrutura e processos de formação das palavras; mecanismos de flexão de nomes e de verbos	218
15. termos da oração; processos de coordenação e subordinação	218
16. transitividade e regência de nomes e de verbos	218
17. colocação pronominal.....	218
18. Ortografia e pontuação: padrões gerais de grafia.....	218
19. regras de acentuação.....	218
20. emprego dos sinais de pontuação; funções expressivas da pontuação e de outros recursos gráficos.....	218

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

CARACTERÍSTICAS DE TEXTOS DESCRITIVOS, NARRATIVOS E DISSERTATIVOS

Definições e diferenciação: tipos textuais e gêneros textuais são dois conceitos distintos, cada qual com sua própria linguagem e estrutura. Os tipos textuais gêneros se classificam em razão da estrutura linguística, enquanto os gêneros textuais têm sua classificação baseada na forma de comunicação. Assim, os gêneros são variedades existente no interior dos modelos pré-estabelecidos dos tipos textuais. A definição de um gênero textual é feita a partir dos conteúdos temáticos que apresentam sua estrutura específica. Logo, para cada tipo de texto, existem gêneros característicos.

Como se classificam os tipos e os gêneros textuais

As classificações conforme o gênero podem sofrer mudanças e são amplamente flexíveis. Os principais gêneros são: romance, conto, fábula, lenda, notícia, carta, bula de medicamento, cardápio de restaurante, lista de compras, receita de bolo, etc. Quanto aos tipos, as classificações são fixas, e definem e distinguem o texto com base na estrutura e nos aspectos linguísticos. Os tipos textuais são: narrativo, descritivo, dissertativo, expositivo e injuntivo. Resumindo, os gêneros textuais são a parte concreta, enquanto as tipologias integram o campo das formas, da teoria. Acompanhe abaixo os principais gêneros textuais inseridos e como eles se inserem em cada tipo textual:

Texto narrativo: esse tipo textual se estrutura em: apresentação, desenvolvimento, clímax e desfecho. Esses textos se caracterizam pela apresentação das ações de personagens em um tempo e espaço determinado. Os principais gêneros textuais que pertencem ao tipo textual narrativo são: romances, novelas, contos, crônicas e fábulas.

Texto descritivo: esse tipo compreende textos que descrevem lugares ou seres ou relatam acontecimentos. Em geral, esse tipo de texto contém adjetivos que exprimem as emoções do narrador, e, em termos de gêneros, abrange diários, classificados, cardápios de restaurantes, folhetos turísticos, relatos de viagens, etc.

Texto expositivo: corresponde ao texto cuja função é transmitir ideias utilizando recursos de definição, comparação, descrição, conceituação e informação. Verbetes de dicionário, enciclopédias, jornais, resumos escolares, entre outros, fazem parte dos textos expositivos.

Texto argumentativo: os textos argumentativos têm o objetivo de apresentar um assunto recorrendo a argumentações, isto é, caracteriza-se por defender um ponto de vista. Sua estrutura é composta por introdução, desenvolvimento e conclusão. Os textos argumentativos compreendem os gêneros textuais manifesto e abaixo-assinado.

Texto injuntivo: esse tipo de texto tem como finalidade de orientar o leitor, ou seja, expor instruções, de forma que o emissor procure persuadir seu interlocutor. Em razão disso, o emprego de

verbos no modo imperativo é sua característica principal. Pertencem a este tipo os gêneros bula de remédio, receitas culinárias, manuais de instruções, entre outros.

Texto prescritivo: essa tipologia textual tem a função de instruir o leitor em relação ao procedimento. Esses textos, de certa forma, impedem a liberdade de atuação do leitor, pois decretam que ele siga o que diz o texto. Os gêneros que pertencem a esse tipo de texto são: leis, cláusulas contratuais, edital de concursos públicos.

DISCURSOS DIRETO E INDIRETO

Discurso direto

É a fala da personagem reproduzida fielmente pelo narrador, ou seja, reproduzida nos termos em que foi expressa.

— Bonito papel! Quase três da madrugada e os senhores completamente bêbados, não é?

Foi aí que um dos bêbados pediu:

— Sem bronca, minha senhora. Veja logo qual de nós quatro é o seu marido que os outros querem ir para casa.

(Stanislaw Ponte Preta)

Observe que, no exemplo dado, a fala da personagem é introduzida por um travessão, que deve estar alinhado dentro do parágrafo.

O narrador, ao reproduzir diretamente a fala das personagens, conserva características do linguajar de cada uma, como termos de gíria, vícios de linguagem, palavrões, expressões regionais ou cacoetes pessoais.

O discurso direto geralmente apresenta verbos de elocução (ou declarativos ou dicendi) que indicam quem está emitindo a mensagem.

Os verbos declarativos ou de elocução mais comuns são:

- acrescentar
- afirmar
- concordar
- consentir
- contestar
- continuar
- declamar
- determinar
- dizer
- esclarecer
- exclamar
- explicar
- gritar
- indagar
- insistir
- interrogar
- interromper
- intervir
- mandar
- ordenar, pedir
- perguntar
- prosseguir
- protestar
- reclamar
- repetir
- replicar

responder

retrucar

solicitar

Os verbos declarativos podem, além de introduzir a fala, indicar atitudes, estados interiores ou situações emocionais das personagens como, por exemplo, os verbos protestar, gritar, ordenar e outros. Esse efeito pode ser também obtido com o uso de adjetivos ou advérbios aliados aos verbos de elocução: falou calmamente, gritou histérica, respondeu irritada, explicou docemente.

Exemplo:

— O amor, prosseguiu sonhadora, é a grande realização de nossas vidas.

Ao utilizar o discurso direto – diálogos (com ou sem travessão) entre as personagens –, você deve optar por um dos três estilos a seguir:

Estilo 1:

João perguntou:

— Que tal o carro?

Estilo 2:

João perguntou: “Que tal o carro?” (As aspas são optativas)

Antônio respondeu: “horroroso” (As aspas são optativas)

Estilo 3:

Verbos de elocução no meio da fala:

— Estou vendo, disse efusivamente João, que você adorou o carro.

— Você, retrucou Antônio, está completamente enganado.

Verbos de elocução no fim da fala:

— Estou vendo que você adorou o carro — disse efusivamente João.

— Você está completamente enganado — retrucou Antônio.

Os trechos que apresentam verbos de elocução podem vir com travessões ou com vírgulas. Observe os seguintes exemplos:

— Não posso, disse ela daí a alguns instantes, não deixo meu filho. (Machado de Assis)

— Não vá sem eu lhe ensinar a minha filosofia da miséria, disse ele, escarrachando-se diante de mim. (Machado de Assis)

— Vale cinquenta, ponderei; Sabina sabe que custou cinquenta e oito. (Machado de Assis)

— Ainda não, respondi secamente. (Machado de Assis)

Verbos de elocução depois de orações interrogativas e exclamativas:

— Nunca me viu? perguntou Virgília vendo que a encarava com insistência. (Machado de Assis)

— Para quê? interrompeu Sabina. (Machado de Assis)

— Isso nunca; não faço esmolas! disse ele. (Machado de Assis)

Observe que os verbos de elocução aparecem em letras minúsculas depois dos pontos de exclamação e interrogação.

5. Encaminhar à Justiça os casos que a ela são pertinentes.
6. Tomar providências para que sejam cumpridas as medidas sócio-educativas aplicadas pela Justiça a adolescentes infratores.
7. Expedir notificações em casos de sua competência.
8. Requisitar certidões de nascimento e de óbito de crianças e adolescentes, quando necessário.
9. Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentaria para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
10. Entrar na Justiça, em nome das pessoas e das famílias, para que estas se defendam de programas de rádio e televisão que contrariem princípios constitucionais bem como de propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente.
11. Levar ao Ministério Público casos que demandam ações judiciais de perda ou suspensão do pátrio poder.
12. Fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais que executem programas de proteção e socioeducativos.

Considerando que todos têm o dever de zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor, havendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra alguma criança ou adolescente, serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar para providências cabíveis.

Ainda com toda proteção às crianças e aos adolescentes, a delinquência é uma realidade social, principalmente nas grandes cidades, sem previsão de término, fazendo com que tenha tratamento diferenciado dos crimes praticados por agentes imputáveis.

Os crimes praticados por adolescentes entre 12 e 18 anos incompletos são denominados atos infracionais passíveis de aplicação de medidas socioeducativas. Os dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente disciplinam situações nas quais tanto o responsável, quanto o menor devem ser instados a modificarem atitudes, definindo sanções para os casos mais graves.

Nas hipóteses do menor cometer ato infracional, cuja conduta sempre estará descrita como crime ou contravenção penal para os imputáveis, poderão sofrer sanções específicas aquelas descritas no estatuto como medidas socioeducativas.

Os menores de 18 anos são penalmente inimputáveis, mas respondem pela prática de ato infracional cuja sanção será desde a adoção de medida protetiva de encaminhamento aos pais ou responsável, orientação, apoio e acompanhamento, matrícula e frequência em estabelecimento de ensino, inclusão em programa de auxílio à família, encaminhamento a tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, abrigo, tratamento toxicológico e, até, colocação em família substituta.

Já o adolescente entre 12 e 18 anos incompletos (inimputáveis) que pratica algum ato infracional, além das medidas protetivas já descritas, a autoridade competente poderá aplicar medida socioeducativa de acordo com a capacidade do ofensor, circunstâncias do fato e a gravidade da infração, são elas:

- 1) Advertências – admoestação verbal, reduzida a termo e assinada pelos adolescentes e genitores sob os riscos do envolvimento em atos infracionais e sua reiteração,
- 2) Obrigação de reparar o dano – caso o ato infracional seja passível de reparação patrimonial, compensando o prejuízo da vítima,

- 3) Prestação de serviços à comunidade – tem por objetivo conscientizar o menor infrator sobre valores e solidariedade social,
- 4) Liberdade assistida – medida de grande eficácia para o enfretamento da prática de atos infracionais, na medida em que atua juntamente com a família e o controle por profissionais (psicólogos e assistentes sociais) do Juizado da Infância e Juventude,
- 5) Semiliberdade – medida de média extremidade, uma vez que exigem dos adolescentes infratores o trabalho e estudo durante o dia, mas restringe sua liberdade no período noturno, mediante recolhimento em entidade especializada
- 6) Internação por tempo indeterminado – medida mais extrema do Estatuto da Criança e do Adolescente devido à privação total da liberdade. Aplicada em casos mais graves e em caráter excepcional.

Antes da sentença, a internação somente pode ser determinada pelo prazo máximo de 45 dias, mediante decisão fundamentada baseada em fortes indícios de autoria e materialidade do ato infracional.

Nessa vertente, as entidades que desenvolvem programas de internação têm a obrigação de:

- 1) Observar os direitos e garantias de que são titulares os adolescentes;
- 2) Não restringir nenhum direito que não tenha sido objeto de restrição na decisão de internação,
- 3) Preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente,
- 4) Diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares,
- 5) Oferecer instalações físicas em condições adequadas, e toda infraestrutura e cuidados médicos e educacionais, inclusive na área de lazer e atividades culturais e desportivas.
- 6) Reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de seis meses, dando ciência dos resultados à autoridade competente.

Uma vez aplicada as medidas socioeducativas podem ser implementadas até que sejam completados 18 anos de idade. Contudo, o cumprimento pode chegar aos 21 anos de idade nos casos de internação, nos termos do art. 121, §5º do ECA.

Assim como no sistema penal tradicional, as sanções previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente apresentam preocupação com a reeducação e a ressocialização dos menores infratores.

Antes de iniciado o procedimento de apuração do ato infracional, o representante do Ministério Público poderá conceder o perdão (remissão), como forma de exclusão do processo, se atendido às circunstâncias e consequências do fato, contexto social, personalidade do adolescente e sua maior ou menor participação no ato infracional.

Por fim, o Estatuto da Criança e do Adolescente institui medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis de encaminhamento a programa de proteção a família, inclusão em programa de orientação a alcoólatras e toxicômanos, encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico, encaminhamento a cursos ou programas de orientação, obrigação de matricular e acompanhar o aproveitamento escolar do menor, advertência, perda da guarda, destituição da tutela e até suspensão ou destituição do pátrio poder.

O importante é observar que as crianças e os adolescentes não podem ser considerados autênticas propriedades de seus genitores, visto que são titulares de direitos humanos como quaisquer pessoas, dotados de direitos e deveres como demonstrado.

isto leva os estudantes ao desinteresse pelo estudo da língua, por não terem condições de entender o conteúdo ministrado em sala de aula, resultando assim frustrações, reprovações e recriminações que iniciam pela própria escola e o preconceito linguístico.

É importante enfatizar que a assimilação crítica dos estudos linguísticos e a necessidade de se estabelecer um maior contato do professor com a língua materna e a proposta da linguística; valorizar a língua falada pelo aluno. Considerando que a gramática não deve ser tida como uma verdade única, absoluta e acabada antes, porém seus conceitos devem ser relativizados, para que alcance o educando do século XXI.

Bagno opina que: “A gramática deve conter uma boa quantidade de atividades de pesquisa, que possibilitem ao aluno a produção de seu próprio conhecimento linguístico, como uma arma eficaz contra a reprodução irrefletida e acrítica da doutrina gramatical normativa”.

Através desse conceito, Bagno afirma que a gramática em si não justifica seu papel de única fonte para o ensino da língua nas escolas, tanto do ponto de vista teórico quanto do prático, bem como o código normativo da linguagem, tomado no geral. Os gramáticos levam ao estágio da angústia os professores e os alunos, para o estudo gramatical em virtude das divergências entre os mesmos. Então o professor deve deixar de lado o comodismo e a repetição da doutrina gramatical e ser mais dinâmico ministrando o conteúdo de forma reflexiva em atividades contextualizadas, interdisciplinares, individuais ou coletivas de forma que o aluno passa a conhecer as variedades da língua através de pesquisas, as quais envolvam a leitura e produção textual, construindo seu próprio conhecimento linguístico.

O ensino de gramática nas escolas, acontece de forma arcaica, devido à aplicação de métodos totalmente teóricos, sem nenhuma significação na vida dos alunos que, por sua vez, não conseguem estabelecer relação entre a teoria gramatical e a prática de texto.

A concepção de que língua e gramática são uma coisa só deriva do fato de, ingenuamente, se acreditar que a língua constituída de um único componente: a gramática. Por essa ótica, saber uma língua equivale a saber sua gramática; ou, por outro lado, saber a gramática de uma língua equivale a dominar totalmente essa língua. Na mesma linha de raciocínio, consolida-se a crença de que o estudo de uma língua é o estudo de sua gramática.

É importante ressaltar que o ensino de gramática, não deve ocorrer apenas para proteger ou conservar a composição da língua, mas para auxiliar o usuário e falante no conhecimento de sua própria língua materna, possibilitando-lhe as características essenciais que pertencem à sua cultura. Deve ser também, um ensino harmonioso na relação entre o ensino da gramática normativa e a contextualizada, sem descartar as nomenclaturas, terminologias e regras, as quais são fundamentais para o desenvolvimento social e cultural dos alunos.

Mediante a algumas situações ocorridas em sala de aula, relacionadas à aprendizagem, faz-se necessário algumas mudanças nos procedimentos adotados em relação ao ensino de língua portuguesa, pois sabe-se que os alunos pertencem a diferentes culturas e devem ser atendidos de acordo com suas necessidades, baseando-se em suas possibilidades de leitura e escrita levando em consideração o potencial gramatical que cada um tem ampliando, ou seja, enriquecendo o poder linguístico através do ensino da gramática que tem por objetivo preparar o aluno para uma produção textual obedecendo à norma padrão.

Percebe-se que o ensino de língua portuguesa perpassa por muitas dificuldades, não apenas com a forma de ensinar a gramática, como também a maneira que o professor atua em sua prática, ou seja, além de fornecer aos alunos uma orientação válida para a prática de produção de textos respaldadas pelas regras gramaticais, então deve-se encontrar métodos dinâmicos e eficientes ao transmitir o conteúdo. Não há uma receita mágica nem respostas milagrosas, o que deve ser feito são novas práticas de ensino que vão propiciar ao corpo discente uma aprendizagem significativa.

Há várias maneiras para que ocorra mudanças no ensino tradicional, uma delas é o professor tornar-se o mediador do conhecimento ao aluno, fragmentando a distância entre o mesmo e o ensino de gramática, tornando-a prazerosa e não somente obrigatória. Pois, será realmente um professor, independentemente do conhecimento que possua se puder transmitir tais informações de forma interativa e criativa, estabelecendo a relação professor-aluno, acreditando sempre que o aluno é capaz de aprender e compreender a gramática. O aluno somente interioriza o conhecimento da estrutura gramatical, se ela for contextualizada em situações ou contextos comunicativos. O professor poderá utilizar recursos metodológicos, bem como, tecnológicos como cartazes, textos de embalagens, revistas, jornais, oficinas, carta comercial e pessoal, bilhete, romance, horóscopo, receita culinária, cardápio, outdoor, lista de compras, resenha, inquérito, edital de concurso, piada, carta eletrônica, bate-papo online, data show, dentre outros. É importante despertar nos alunos a consciência da funcionalidade da leitura e escrita, e isso só será possível quando os professores levarem em conta a bagagem que o aluno traz consigo, a respeito de sua língua materna. Dessa forma pode acontecer a união da norma culta e da norma coloquial sem criar traumas ou defasagens na aprendizagem dos alunos, basta que os educadores busquem a formação continuada, não apenas teórica, mas também na prática e no contexto da realidade em que ele está inserido, respeitando assim as diferenças.

Segundo Vygotsky “O estudo da gramática é de grande importância para o desenvolvimento mental da criança”. A criança, embora domine a gramática de sua língua muito antes de entrar na escola, pois organiza sua fala de acordo com a necessidade, esse domínio é inconsciente, ou seja, mesmo usando o tempo verbal correto ao se expressar, não saberá rejeitar uma palavra quando isso lhe for solicitado. Em vista disso, o ensino de gramática torna-se válido não só porque permite à criança de estar consciente do que está fazendo, mas pode usar essas habilidades de forma precisa, além de permitir o uso da fala com maior eficácia.

O ensino de gramática deve-se iniciar nos primeiros anos de escolaridade, pois a criança desenvolve seu pensamento a partir das descobertas que vai surgindo pelos conteúdos aplicados em sala de aula, os quais contribuem para o desenvolvimento da fala e escrita. A partir dessas descobertas conclui-se que todas as matérias básicas são estimuladas pelo psicológico ao longo de um processo ensino-aprendizagem. Isso ocorre de forma lenta, interativa, coletiva e contextualizada.

Ao ensinar a gramática, o professor deve levar em consideração algumas questões como: o estudo coletivo, a cooperação e a competição, os quais podem ajudar na aprendizagem no sentido de que as crianças com facilidade colaboram com as demais, também pode haver uma competição entre grupos, de forma em que um seja avaliado por outros, recebendo sugestões e reflexões para o próprio amadurecimento.